

Ecologização urbana emancipatória no Sul Global: diálogos interdisciplinares e interculturais sobre moradia, alimentação e cuidado no Brasil¹

Autores: Marcelo Firpo Porto, Marina Tarnowski Fasanello, Diogo, Ferreira da Rocha, Juliano Palm

Resumo

Este artigo discute questões teóricas, metodológicas e políticas relacionadas à ecologização urbana no Sul Global, bem como alternativas emancipatórias para vislumbrar cidades mais inclusivas, democráticas, sustentáveis e saudáveis. Sustentamos que o papel dos povos e comunidades tradicionais e camponeses – incluindo indígenas, quilombolas e outros – é estratégico para pensar em alternativas e ações voltadas para a transição paradigmática que supere a visão da modernidade eurocêntrica. Tal visão gera barreiras artificiais que dividem o campo e as cidades, a sociedade e a natureza, a vida e a economia, bem como sujeitos e objetos na produção e compartilhamento de conhecimentos.

Esses povos e comunidades designam uma diversidade de situações sociais que têm como denominador comum condições de existência consideradas contrastantes com a "modernidade", situada às margens das representações de "desenvolvimento" e "progresso" dos poderes econômicos e políticos hegemônicos.

Nossos argumentos são empiricamente baseados em experiências desenvolvidas no Brasil com diálogos interdisciplinares e interculturais realizadas nos últimos anos. Os eventos denominados "Encontros de Saberes" reuniram grupos acadêmicos e diferentes movimentos sociais e organizações comunitárias envolvendo lutas sociais e temas como saúde, justiça e conflitos ambientais, segurança e soberania alimentar, agroecologia, entre outros. Esses encontros pretendem potencializar interações interculturais e interdisciplinares entre agentes que trabalham juntos em diferentes territórios com conhecimentos e experiências concretas.

Os conteúdos gerados pelos debates realizados nesses eventos e seus desenvolvimentos retratam experiências sociais que reforçam a hipótese subjacente por detrás deste artigo: as lutas sociais envolvendo a interação entre populações tradicionais e agrícolas com espaços urbanos no Sul Global fornecem evidências importantes para agendas de pesquisa sobre processos emancipatórios emergentes relacionados à ecologização urbana.

Na primeira parte do texto, discutimos o conceito de Sul Global como complexo e estratégico para pensar a ecologia urbana para além das legítimas agendas emancipatórias produzidas no contexto do Norte Global. Em seguida, analisamos o significado histórico, social e epistemológico dos povos indígenas, quilombolas e camponeses no contexto brasileiro, analisando tanto contradições e ameaças recentes, quanto seu papel no surgimento de agendas emancipatórias em curso, incluindo a interação com as cidades. Por fim, mostramos exemplos relacionados às lutas sociais, primeiro de um grupo étnico indígena na região amazônica, e depois em duas grandes cidades brasileiras, envolvendo movimentos sociais e organizações comunitárias que integram ações de moradia digna, saneamento, saúde e alimentação, além do resgate do conhecimento ancestral.

Palavras-chave: Ecologização urbana; Sul Global; povos tradicionais e camponeses; diálogos interculturais.

¹ Artigo originalmente publicado em inglês na revista *Frontiers in Sustainable Cities* vol. 3 (2021), artigo 686458, com o título '*Emancipatory Urban Greening in the Global South: Interdisciplinary and Intercultural Dialogues and the Role of Traditional and Peasant Peoples and Communities in Brazil*'.

Ver em: <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/frsc.2021.686458>

ÍNDICE

| Tópico | Página |
|--|---------------|
| INTRODUÇÃO: REPENSANDO A ECOLOGIZAÇÃO URBANA NO SUL GLOBAL | 3 |
| LUTAS EMANCIPATÓRIAS NAS CIDADES NO CONTEXTO DO SUL GLOBAL | 7 |
| Paradoxos da modernidade excludente no Sul Global: conflitos ambientais e transformações dos espaços urbanos e rurais no contexto brasileiro | 7 |
| Povos dos campos, florestas e águas na interação campo-cidade | 8 |
| Avanços e contradições recentes relacionados aos povos e comunidades tradicionais e camponeses no Brasil | 10 |
| OS ENCONTROS DE SABERES E O DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS SENSÍVEIS E CO-LABOR-ATIVAS EM DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NO SUL GLOBAL | 12 |
| Síntese dos debates nos Grupos de Trabalho: Território, Cuidado e Alimentação | 15 |
| O caso da expansão urbana e os desafios para o povo Munduruku no Médio Tapajós na Amazônia | 19 |
| Duas experiências de articulação entre lutas sociais por moradia, saneamento, saúde e agroecologia urbana no Brasil | 22 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 24 |
| Referências | 25 |

INTRODUÇÃO: REPENSANDO A ECOLOGIZAÇÃO URBANA NO SUL GLOBAL

Este artigo pretende contribuir para questões teóricas, metodológicas e políticas relacionadas à ecologização urbana no Sul Global, bem como alternativas emancipatórias para imaginar cidades mais inclusivas, democráticas, sustentáveis e saudáveis. O trabalho tem por base diálogos interdisciplinares e interculturais realizados no Brasil nos últimos anos entre grupos acadêmicos com diversos movimentos sociais e organizações comunitárias envolvendo lutas sociais e temas como saúde, justiça e conflitos ambientais, segurança e soberania alimentares, agroecologia, dentre outros. Isso envolve tanto populações que vivem e atuam politicamente nos espaços tipicamente urbanos, como nos territórios onde vivem as populações dos campos, florestas e águas, as quais incluem povos e comunidades chamados de tradicionais, como indígenas e quilombolas, e trabalhadores/as agricultura familiar e camponesa.

Consideramos interessante usar o Brasil como exemplo para discutir a ecologização das cidades por se tratar de um país da América Latina com dimensões continentais onde convivem e colidem de forma extrema características do Sul e do Norte Globais. No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, existem regiões metropolitanas típicas do Norte Global, orientadas pelo tripé de regulação Estado-Direito-Ciência da modernidade, e cujas populações estão, em parte, relativamente mais protegidas pelas instituições e inseridas no mercado formal, seja enquanto elites e classes privilegiadas, seja enquanto trabalhadores e cidadãos que lutam por direitos, ainda que o quadro atual de desregulamentação das leis trabalhistas e precarização seja-lhes desfavorável. Porém, a continuidade das fortes desigualdades sociais no Brasil com parcela expressiva da população desprotegida não pode ser justificada exclusivamente pelo conflito capital-trabalho em época de neoliberalismo, ou teorias como a da dependência desenvolvida por intelectuais latino-americanos (Sunkel, 1969; Dos Santos, 1970). Tais visões colocam as desigualdades como fruto de exclusões decorrentes do desenvolvimento incompleto das forças produtivas, do funcionamento dos mercados e de políticas sociais e de desenvolvimento mais soberanas que levariam à possível ascensão do país ao grupo dos países ditos desenvolvidos. Porém os racismos e outras formas de violência expressam uma forma particular de exclusão, as chamadas exclusões radicais, que ignoram ou desprezam outras formas de ser, viver e conhecer típicas de povos que viviam nas antigas ex-colônias europeias, estabelecidas e depois autodeclaradas independentes entre os séculos XVI e XX (Santos & Meneses, 2014).

Uma importante forma de explicar a existência e continuidade das exclusões radicais se reflete na ideia de um Sul Global que permanece principalmente em regiões como a América Latina, África e Ásia como construção ativa da não-existência social e política. Mais que uma definição geopolítica, trata-se de uma metáfora do sofrimento humano das exclusões radicais decorrentes das heranças coloniais que atingem não apenas trabalhadores explorados, mas todos os grupos ontologicamente desqualificados pela modernidade eurocêntrica e capitalista (Santos & Martins, 2021). Entre os excluídos radicalmente encontram-se indígenas, afrodescendentes, camponeses, e até mesmo frações inteiras dos grupos racial e socialmente dominantes, como as mulheres e comunidade LGBTQI+, embora esses dois últimos grupos também sofram violências e discriminações interseccionais no contexto do Norte Global que são enfrentadas por lutas sociais e agendas por vezes bem diferentes em relação ao Sul Global. A modernidade eurocêntrica vinculada à concepção de Norte Global impõe uma exclusão radical, de natureza ontológica e epistemológica, que se relaciona à injustiça cognitiva (Visvanathan, 2009), sendo simultaneamente radical, invisível e invisibilizadora. Essa dimensão de injustiça se combina sutilmente com outras, como a social, e se encontra por detrás de fenômenos como o racismo, a xenofobia e outras

formas de violência contra povos e grupos sociais considerados ontologicamente inferiores pela modernidade eurocêntrica.

Portanto, o conceito de Sul Global é complexo e corresponde aos espaços geográficos, políticos e simbólicos, tanto nos campos quanto nas cidades, nos quais as instituições que correspondem à modernidade dão lugar a formas de espoliação, violência e racismo sem a proteção efetiva das leis e do Estado, ainda que essas existam e sejam apresentadas como democráticas. Como propõe Santos (2018), existe um pensamento abissal que separa as zonas de proteção do Norte Global das que operam a partir da violência e espoliação que afetam as populações e territórios do Sul Global. Esse pensamento não é resultado propriamente de irracionalidades a serem superadas pelo desenvolvimento econômico, inclusão social e educação. A abissalidade resulta de concepções de mundo, valores e racionalidades que se consideram superiores em suas dimensões ontológicas e epistemológicas; e por isso, outras formas de ser, saber, viver e se relacionar com a natureza são negadas, desprezadas e invisibilizadas pela modernidade.

Paradoxalmente, apesar das violências históricas que incluem genocídios e epistemicídios, inúmeros grupos com outras formas de ser, saber e viver permanecem resistindo - como indígenas, quilombolas e camponeses - e estão organizados em movimentos sociais e organizações comunitárias. Eles preservam e reproduzem na atualidade valores e concepções de vida, trabalho, natureza, sentido de comunidade e espiritualidade típicos do Sul Global. Suas lutas sociais e processos emancipatórios estão relacionados ao direito de existirem, resistirem e influenciarem na construção de alternativas de sociedade e enfrentamento de injustiças, que não podem ser delimitadas ou compreendidas apenas pelas justiças social e por saúde, ou ainda pela defesa do meio ambiente, que conformam a ideia de bem-estar da modernidade voltada a uma vida mais longa e prazerosa. Para avançar no diálogo com resistências emancipatórias do Sul Global, acreditamos ser necessário incorporar outras concepções de justiça para compreender a crise atual como uma crise civilizatória mais ampla e articular agendas e processos. E isso passa por um maior diálogo com povos e comunidades tradicionais e camponeses que continuam atuantes em inúmeras lutas sociais, inclusive no contexto urbano para além das agendas críticas de ecologização urbana típicas do Norte Global (Opitz et al. 2015).

As bases conceituais e metodológicas assumidas pelos autores e que sustentam o artigo provém principalmente da articulação de três campos interdisciplinares de conhecimento: a saúde coletiva desenvolvida na América Latina nos últimos 40 anos para enfrentar as desigualdades sociais e em saúde na região (Paim and de Almeida Filho, 1998); a ecologia política que apoia os movimentos por justiça ambiental (ou contra o racismo ambiental) por meio da compreensão do metabolismo social e dos conflitos ambientais associados ao modelo de desenvolvimento produtivista e neoextrativista (De Molina and Toledo, 2014); e finalmente os estudos pós-coloniais, em especial as epistemologias do Sul (Santos, 2014), que ampliam a crítica ao capitalismo ao incorporar dimensões ontológicas e epistemológicas na análise da continuidade do colonialismo (ou colonialidade) e do patriarcado como eixos de opressão e exclusão radical que atingem principalmente populações do chamado Sul Global.

Os três campos mencionados fornecem as bases teóricas para a proposição das quatro noções de Justiça (social, por saúde ou sanitária, ambiental e cognitiva) que buscamos promover para enfrentar problemas sociais e ecológicos, e propor ações em conjunto com movimentos sociais e organizações comunitárias, principalmente no contexto brasileiro (Porto, 2019a). A articulação dessas quatro justiças, bem como políticas e ações que têm como protagonistas movimentos sociais e organizações comunitárias, fornecem as bases teóricas e empíricas para imaginar perspectivas utópicas emergentes a partir de lutas sociais concretas, bem como dos vários saberes que surgem no contexto de tais lutas. A ideia de

promoção emancipatória da saúde que desenvolvemos se baseia na reinvenção da própria noção de emancipação social em curso em muitas dessas lutas (Porto, 2019b).

Nesse sentido, a modernidade, vista como permanentemente inconclusa em países ditos em desenvolvimento como o Brasil, traz consigo, paradoxalmente, potencialidades e experimentos sociais de reinvenção que podem apoiar a transição civilizatória e paradigmática em direção a novos arranjos socioeconômicos, políticos e culturais que superem as injustiças geradas pelo sistema capitalista hoje hegemônico. Mesmo com retrocessos recentes em políticas públicas e recrudescimento de práticas de fascismo social, continuam a emergir inúmeros processos emancipatórios que apontam para o resgate e atualização de saberes e práticas de povos e comunidades tradicionais que possuem ontologias e valores contra hegemônicos à modernidade eurocêntrica e capitalista. Isso propicia um terreno fértil para imaginarmos outras economias mais solidárias e sustentáveis, relações comunitárias mais conviviais e formas mais harmoniosas de relação com a natureza. Muitas delas existem e florescem como sementes em situações do presente que apontam para outros futuros pós-capitalistas e pós-coloniais. Por isso, acreditamos que uma importante pista para repensar a ecologização urbana na perspectiva do Sul Global passa por aprofundar experiências em andamento nas cidades em sua interação com povos e comunidades tradicionais e camponeses.

No entanto, a percepção e expansão de alternativas emergentes requerem não apenas ferramentas intelectuais e analíticas desenvolvidas pela ciência e seus métodos. Elas exigem novas formas de colaboração, de metodologias sensíveis (Fasanello et al., 2019) que diluam as fronteiras entre ciência, arte e política. Ou seja, um *'corazonar'* ou *coracionar* (Guerrero Arias, 2010) da ciência que transcenda as barreiras de sua suposta superioridade epistêmica. Acreditamos que as interações e re-existências de vários movimentos e experiências de diálogos interculturais podem reorientar os processos emancipatórios em curso e a própria Academia.

Numa perspectiva crítica, certos autores podem considerar que o Sul Global apenas atualiza conceitos anteriormente utilizados como Terceiro Mundo, cuja utilização caiu em desuso com o colapso do bloco socialista e o fim da União Soviética, sendo equivalente (ou mesmo analiticamente inferior) ao de países periféricos ou semiperiféricos no âmbito da teoria do sistema-mundo capitalista em oposição aos países centrais que corresponderiam ao Norte Global (Wallerstein, 1979). Contudo, ainda que de grande relevância, consideramos essa análise limitada por várias razões diante da crescente complexidade da atual geopolítica mundial, do papel dos chamados países emergentes e do crescente poderio chinês e economia de mercado dirigida pelo Estado em sua perigosa disputa de hegemonia com o império liderado pelos USA em potencial decadência. Por exemplo, tal perspectiva possui dificuldades para incorporar as lutas sociais envolvendo dimensões étnico-raciais, de gênero, culturais, ecológicas, espirituais ou ontológicas, as quais inter cruzam questões principalmente do Sul Global relacionadas a tradições desprezadas pelo Norte Global, incluindo o papel da natureza, da comunidade e da espiritualidade que trazem consigo perspectivas bastante diversas, eventualmente opostas, às concepções de desenvolvimento, economia, trabalho e bem-estar construídas pela modernidade eurocêntrica.

O referencial que consideramos mais denso e relevante para pensar o Sul Global provém dos estudos pós-coloniais, os quais envolvem um vasto conjunto de obras de intelectuais politicamente engajados que floresceram após a 2ª Guerra Mundial. Eles abarcam e podem articular diferentes contribuições provenientes do movimento anti-colonial em África e Ásia, da teoria do Sistema Mundo (Wallerstein, 1979), dos Estudos Subalternos (Spivak, 1988), da Teoria da Dependência e movimentos intelectuais na América Latina, incluindo o programa modernidade-colonialidade (Quijano, 2000; Escobar, 2007), e as Epistemologias do Sul, uma obra síntese de Boaventura de Sousa Santos que agrega e dialoga com

as várias escolas mencionadas (Santos, 2010 and 2018). Essas referências permitem a articulação de diferentes lutas sociais e saberes delas decorrentes, reinventando possibilidades de emancipação social na presença das diversas crises em curso, que revelam os limites das utopias que guiaram e continua a orientar a modernidade eurocêntrica.

O que caracteriza esse vasto conjunto de produções é a crítica à pretensão de universalidade da modernidade ocidental eurocêntrica que forjou a base de instituições e concepções tipicamente modernas, como Estado Nação, desenvolvimento, ciência e democracia. Para as epistemologias do Sul, a modernidade e suas duas utopias norteadoras (liberalismo e socialismo) estão calcadas num pensamento abissal que considera atrasado, primitivo e descartável toda a diversidade ontológica, política, cultural e epistemológica produzida pelos povos e regiões que passaram por processos de subalternização, escravidão e colonização. Enfim, um desperdício de experiências e saberes produzidos ao longo de milhares de anos por sociedades e civilizações outras que não aquela que emerge e se torna dominante a partir da Europa (Santos, 2018). Por isso, considera-se que o fim das colônias e a emergência de Estados Nação na América Latina, África e Ásia não representou o fim do colonialismo (ou da colonialidade), que permanece e se concretiza pelas diferentes formas de racismo e exclusões radicais produzidas atualmente pelos três eixos de dominação hegemônicos, o capitalismo, o colonialismo e o (hetero)patriarcado. Nesse sentido, projetos emancipatórios passariam por diferentes formas de descolonização (ou giro decolonial e ecoterritorial) (Svampa, 2018) do poder, do ser e do saber (Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007). Implicariam também a articulação de diferentes lutas sociais e conhecimentos delas advindos que reinventem possibilidades de emancipação social diante das várias crises em andamento, as quais são reveladoras dos limites das utopias que orientaram e continuam a orientar a modernidade eurocêntrica.

A ideia de pensamento abissal proposta por Santos (2007) permite entender como podem existir diferentes formas de opressão em uma mesma região, um país, uma cidade ou mesmo um mesmo local de trabalho em função de duas realidades que convivem, o Norte e o Sul Global. O Norte Global moderno e eurocêntrico é atualmente representado pelos espaços em que o capitalismo globalizado expressa tanto seus benefícios como suas contradições mais visíveis, mas que podem dialeticamente institucionalizar conquistas dos trabalhadores e cidadãos decorrentes de suas lutas sociais. São os espaços do “lado de cá” da linha abissal pautados pelo conhecimento-regulação assente no tripé da ciência, do direito e do Estado modernos com suas instituições.

Já o Sul Global, mais que um espaço geográfico, representa a metáfora do sofrimento humano em consequência das exclusões radicais e, acrescentaríamos, baseada no desprezo às outras formas de ser, viver e conhecer que se afastam do mundo eurocêntrico. É nesse sentido, que o Sul Global se refere não só às denúncias, mas aos anúncios que trazem esperanças e alternativas para a transição paradigmática e civilizatória enraizada no reconhecimento e diálogo com outros mundos possíveis, não apenas um universo, mas um *Pluriverso* (De La Cadena & Blaser, 2018) de relações entre humanos e com os não-humanos, inclusive com aqueles que são vistos como oriundos de outros planos de existência (Santos & Martins, 2021). Nesses espaços as instituições que correspondem à modernidade (Estado-Direito-Ciência) dão predominantemente lugar a formas de espoliação e violência sem a proteção das leis e do Estado, ainda que essas existam e sejam ditas democráticas. Por isso, para as epistemologias do Sul, as lutas sociais do Sul Global precisam necessariamente ser anticapitalistas, antirracistas, anticoloniais e antipatriarcais a partir de resistências e alternativas que enfrentem todas essas formas de opressão, sendo por definição lutas que apontam para sociedades pós-coloniais e pós-abissais. Reconhece-se a importância da luta de classes e outras lutas emancipatórias do Norte Global voltadas principalmente para a democracia, a sustentabilidade, a inclusão e proteção social. Porém, a negação das lutas sociais dos excluídos radicalmente marca um estruturalismo eurocêntrico, ainda que crítico, que deslegitima e aparta diversas lutas dos oprimidos do Sul Global. Esse é um dos problemas da academia crítica em

países como o Brasil, fortemente influenciada por escolas acadêmicas eurocêntricas. “Descolonizá-la” significa conectar questões ontológicas e epistemológicas às lutas sociais, o que também implica valorizar produções teóricas e empíricas de intelectuais e lutas sociais dessas regiões, especialmente daqueles grupos sociais historicamente mais marginalizados e cujas produções são cotidianamente deslegitimadas e ignoradas.

Portanto, as relações entre Norte e Sul Global são complexas, e não podem ser definidas apenas por características geopolíticas. Existem países que representam características mais fortes do Norte Global por assumirem um papel relevante na defesa dos valores da modernidade ocidental eurocêntrica, bem como na condução e hegemonia no atual capitalismo globalizado. Mas ao mesmo tempo, seja pelo fato de terem sido ex-colônias (como os EUA) ou terem passado por processos migratórios importantes de populações vindas das ex-colônias, também possuem características culturais e políticas marcantes do Sul Global com processos de exclusão radical que desconsideram e invisibilizam dimensões ontológicas e epistemológicas desses grupos sociais subalternizados.

Em anos recentes os autores desse artigo organizaram dois eventos intitulados Encontro de Saberes para potencializar as interações interculturais e interdisciplinares entre agentes que atuam na academia, em movimentos sociais e nos diferentes territórios com saberes e experiências concretas. Os conteúdos gerados pelos debates realizados neste evento e seus desdobramentos apresentam experiências sociais que reforçam a hipótese de fundo que se encontra por detrás desse artigo: as lutas sociais envolvendo a interação entre populações tradicionais e camponesas com os espaços urbanos do Sul Global fornecem importantes pistas para agendas de pesquisa em torno de processos emancipatórios emergentes relacionados à ecologização das cidades. Destacamos três temas estratégicos envolvendo dimensões interculturais e interdisciplinares que foram trabalhados principalmente no último Encontro. Eles expressam interações campo-cidade de particular interesse para agendas de pesquisa conectadas a processos emancipatórios: moradia, alimentação e cuidado. Mais que temas estratégicos de pesquisa, todos eles implicam em inúmeras lutas sociais em andamento em diferentes escalas e regiões do planeta que podem contribuir para articular agendas emancipatórias do Sul Global e do Norte Global.

LUTAS EMANCIPATÓRIAS NAS CIDADES NO CONTEXTO DO SUL GLOBAL

Paradoxos da modernidade excludente no Sul Global: conflitos ambientais e transformações dos espaços urbanos e rurais no contexto brasileiro

No contexto colonial e capitalista, as características das cidades forjadas principalmente na América Latina, Ásia e África ao longo do século XX refletem dinâmicas marcantes de crescimento desordenado e excludente. São cidades orientadas por elites políticas e econômicas com seus ideais de progresso, uma transição na construção de uma modernidade metropolitana que deixaria para a história as características vistas como primitivas dos povos nativos. Muitas vezes a importação acrítica de modelos de cidades “modernas” acabaram por favorecer justamente o contrário, ou seja, a construção de ambientes inadequados aos climas locais. Referenciais arquitetônicos e urbanísticos europeus são, frequentemente, menos resilientes aos regimes de chuva e insolação, e seu uso decorre do desprezo pelas soluções “nativas” frequentemente mais eficientes para a convivência, o saneamento e para a

sustentabilidade ambiental. Portanto, é de se esperar que os processos de construção dos ambientes urbanos nesses contextos sejam influenciados por agendas e lutas sociais típicas do Sul Global, que muitas vezes apresentam desafios complexos não facilmente captados por abordagens teóricas críticas assentes numa concepção de modernização excludente e incompleta dessas regiões.

Tomando o Brasil como exemplo, este teve uma intensa expansão de áreas urbanas principalmente ao longo do século XX. Muito desse crescimento deveu-se ao êxodo rural para as cidades associado a um processo de concentração fundiária, especialmente de terras públicas, por uma pequena elite política, que se intensificou com a Lei de Terras de 1850 (Moreira, 2002); mas sem o planejamento efetivo de políticas sociais, econômicas, educacionais e de infraestrutura que propiciasse condições dignas e salubres para a maior parte das famílias migrantes. Isso afetou ainda mais grupos historicamente excluídos, como indígenas, afrodescendentes e camponeses, muitos deles expulsos de seus territórios tradicionais ou “ilhados” em meio à crescente urbanização. A evolução da população brasileira rural e urbana entre 1900 e 2000 revela uma forte relação entre concentração fundiária, êxodo rural e expansão da população urbana no País. Em um século, a proporção se inverte radicalmente: em 1900 a população rural era 10 vezes superior à urbana, e em 2000 a população urbana passa a ser 4,3 vezes maior. Essa tendência crescente continua atualmente: em 2015: dos mais de 200 milhões de habitantes vivendo no país, cerca de 85% viviam em áreas urbanas (IBGE, 2017). A história colonial, a escravidão e o capitalismo dependente estão na raiz das enormes desigualdades sociais, econômicas e fundiárias da sociedade brasileira que influenciaram a formação de periferias urbanas e favelas com déficits de habitação e saneamento (Fernandes and Costa, 2012; IBGE, 2017).

Esse padrão continua até hoje e se expressa na presença de inúmeros conflitos sociais, ambientais e territoriais nos espaços rurais e urbanos, sendo que estes cada vez mais se expandem e influenciam os primeiros. No campo, os conflitos socioambientais nas últimas décadas são marcados pelo neoextrativismo de exportação do agronegócio, da mineração e projetos de infraestrutura, que se defrontam com resistências de movimentos sociais e comunitários ligados à reforma agrária e à demarcação de terras indígenas e quilombolas. Nas cidades, a especulação imobiliária e a criação de áreas controladas por mercados como o financeiro, industrial, médico-hospitalar ou grandes eventos (Olimpíadas e Copa do Mundo) têm gerado processos de gentrificação, com resistências organizadas por movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) (Rocha et al., 2017). Suas lutas não são apenas por moradia, transporte e saneamento, mas também por cidades mais democráticas e inclusivas.

A sutil complexidade que caracteriza esses conflitos se acentua ao pensarmos as diferenças de projetos emancipatórios do Sul Global, que não se delimitam à inclusão social, produção e distribuição de riquezas propostas pelas utopias da modernidade que caracterizam o Norte Global. Aqui aumenta a relevância das justiça ambiental e cognitiva como dimensões importantes para compreendermos as diferenças e possibilidades de agendas emancipatórias em construção.

Povos dos campos, florestas e águas na interação campo-cidade

Atualmente coexistem nos espaços urbanos ou periurbanos do Brasil inúmeras populações tradicionais, indígenas e quilombolas, além da agricultura familiar e camponesa, seja as que foram expulsas de seus territórios originais, seja as que vivem em territórios que recentemente se tornaram urbanos pelo crescimento das cidades. A origem de ambas as situações se deu em função das dinâmicas dos diversos ciclos econômicos ao longo, principalmente, dos séculos XX e XXI, com variações nas fases de início, expansão ou eventual decréscimo, dependendo da época e região afetadas. Tais dinâmicas envolvem aquilo que os estudiosos da geografia política denominam de desterritorialização e reterritorialização

(Haesbaert, 2004 e 2009) decorrente de processos econômicos e políticos que influenciam dinâmicas demográficas e as condições sociais, ambientais, de vida e saúde das populações. Na Amazônia (região Norte), por exemplo, podemos citar a produção de borracha, o garimpo de ouro, a mineração em larga escala de ferro e bauxita, as madeireiras, a criação de gado, a construção de hidrelétricas, rodovias e hidrovias, e mais recentemente a produção de grãos (principalmente a soja) e a industrialização como fatores marcantes na degradação de ecossistemas e nos processos de deslocamento populacional na região para cidades como Belém e Manaus.

Já outras regiões brasileiras, como o Sudeste, o Sul e o Nordeste, tiveram sua intensa urbanização iniciada após o fim da escravidão (apenas em 1888) e principalmente com a industrialização no pós-2ª Guerra Mundial. Porém, mesmo essas regiões também possuem populações tradicionais remanescentes nas cidades que, até algumas décadas atrás, viviam da agricultura familiar e camponesa, da pesca artesanal, da mariscagem e mesmo da caça. De forma semelhante ao conjunto da América Latina com sua herança colonial, a formação das cidades na região envolve processos complexos de natureza histórica, política, econômica, cultural e ambiental que se encontram por detrás das violências, racismos e profundas desigualdades socioespaciais nas metrópoles, incluindo a formação de favelas e os déficits históricos de democracia e acesso à moradia, ao saneamento e aos serviços de saúde.

Nas últimas décadas a agricultura empresarial e, de forma mais ampla, o setor agroindustrial se constituíram em componente estratégico da política macroeconômica brasileira, tornando-se fundamentais no equilíbrio da balança comercial e na estabilização da economia, posição reforçada a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 (Delgado, 2012). O agronegócio, favorecido por um ciclo internacional de alta nos preços de *commodities*, foi assumindo um papel central na sociedade e economia brasileira, constituindo-se no principal entrave para a disseminação de um enfoque agroecológico no país (Caporal e Petersen, 2012). A manutenção desta configuração ao longo dos anos 2000 ajuda a entender de que forma o país se tornou o maior consumidor internacional de agrotóxicos e o segundo em área cultivada com transgênicos, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, se consolidou em referência internacional na construção de políticas públicas em favor da agroecologia (Schmitt et al, 2017). Neste contexto o país também acabou coadunando a manutenção de mais de 4 milhões de pequenas e médias unidades produtivas familiares com uma expressiva concentração fundiária, em que 0,91% dos estabelecimentos rurais concentram 45% de toda área agrícola (Oxfam – Brasil, 2016).

Apesar de todas essas restrições, a agricultura camponesa e familiar no país possui características que compõem um amplo mosaico de possibilidades em diversos agroecossistemas, com graus diferenciados entre a agricultura de subsistência e a integração ao mercado de alimentos, bem como diferentes níveis de degradação e preservação ambiental. Esse vasto panorama inclui agroecossistemas inseridos no semiárido nordestino, no Pantanal e no Cerrado na região Centro-oeste, na Floresta Amazônica na região Norte, até resquícios de Mata Atlântica e de Pampa nas regiões Sudeste e Sul nas áreas que formaram as bases da ocupação no litoral brasileiro entre os séculos XVI e XX.

Apesar de sobreviver em condições cada vez mais adversas, mesmo com o crescimento das cidades ao longo do século 20, os cinturões verdes permaneceram em suas periferias e arredores, sendo responsáveis pelo abastecimento de alimentos *in natura*, já que o foco da agricultura familiar é por definição, além da subsistência, o mercado interno através dos chamados "circuitos alimentares locais e curtos", enquanto o agronegócio tem como foco principal o mercado internacional de *commodities*. Vários indicadores apontam que a agricultura camponesa e familiar é responsável por grande parte dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros, como frutas, legumes, feijão, mandioca, café, leite, dentre outros. Mais de 80% do número de estabelecimentos rurais é familiar e cerca de 70% declaram não usar agrotóxicos, embora um número bem inferior, cerca de 2%, sejam reconhecidos como

orgânicos (Niederle et al., 2013, Lima et al., 2020; Porto et al., 2020). Ainda que contra hegemônica, tais dados mostram o potencial da agricultura camponesa e familiar como base para a transição agroecológica no Brasil.

Além disso, uma característica marcante do Sul Global no Brasil está associada à influência de práticas tradicionais relacionadas a diferentes cosmologias existentes no mundo rural brasileiro envolvendo, com diferentes matizes e sincretismos, tradições indígenas, de matriz africana e camponesas de origem europeia. Essa característica poderá contribuir, em nossa avaliação, na construção de agendas e processos emancipatórios importantes para a transição paradigmática, inclusive no contexto da ecologização das cidades.

Avanços e contradições recentes relacionados aos povos e comunidades tradicionais e camponeses no Brasil

Um marco relativamente recente de grande importância para os povos e comunidades tradicionais e camponeses no Brasil foi a reforma constitucional realizada após o fim da ditadura militar, oficialmente encerrada no Brasil em 1985, embora apenas em 1989 tenha ocorrido a primeira eleição direta de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto popular desde 1964, ano do golpe militar que durou mais de 20 anos. As populações tradicionais indígenas e quilombolas tiveram seus direitos garantidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, que reconheceu pela primeira vez os indígenas como cidadãos plenos, e pôs fim à tutela estatal que vigorava até então, assegurando a eles simultaneamente o direito de existir, de subsistir, se organizar e se fazer representar autonomamente e de acordo com as tradições e organização social de cada povo. No rastro das conquistas dos indígenas, também as comunidades quilombolas foram contempladas na Constituinte, sendo definido que o Estado teria o dever de demarcar todos os territórios tradicionais em até cinco anos. O direito dos povos tradicionais à terra foi considerado um direito originário, ou seja, independente de formalização por parte do Estado, ao qual caberia apenas delimitar as terras indígenas e inscrevê-las como patrimônio de usufruto coletivo de cada povo, sendo esse um tímido componente da justiça histórica realizada no Brasil diante de seu violento passado colonial. Depois de anos de grande esforço por parte dos movimentos negros e camponeses, comunidades quilombolas também foram incluídas na Assembleia Constituinte, porém com menor grau de segurança jurídica, como em relação aos direitos territoriais, e ao contrário dos povos indígenas, estavam submetidos ao reconhecimento do Estado.

Diferente dos avanços para as comunidades indígenas e quilombolas, os resultados da Constituição Cidadã de 1988 foram bem menos favoráveis para as possibilidades de uma reforma agrária mais ampla e redistributiva, o que refletiu o poder histórico, econômico e político dos grandes latifundiários desde a formação do Brasil colonial e, posteriormente, na moderna agricultura capitalista. Esse poder permanece até os dias atuais, em que pese os diversos ciclos econômicos, políticos e tecnológicos que fizeram parte da Revolução Verde e culminaram no poder do moderno agronegócio que estabeleceu nas últimas décadas profundas conexões da agricultura com o capital industrial e financeiro global.

Tais fatores são estratégicos para compreender o peso do conservadorismo político e as bases do neoeextrativismo no modelo de desenvolvimento no país, com o crescente enfraquecimento do modelo desenvolvimentista e industrial forjado no pós II Guerra. Para autores como Maia e Oliveira (2017), houve mesmo um retrocesso na reforma agrária em comparação à Constituição existente no período militar. O resultado praticamente inviabilizou a reforma agrária no país devido a exigências burocráticas, como o pagamento exigido para a indenização para as desapropriações por interesse social, bem como outras lacunas nos dispositivos legais infraconstitucionais que dificultaram sua efetivação.

Desde então, os principais tensionamentos e avanços na reforma agrária no Brasil foram provocados pela organização de movimentos sociais como o MST e sua estratégia de ocupações de latifúndios improdutivos, cujas ações sempre envolveram muitos conflitos e violências por parte das forças policiais e do poder judiciário, bem como das ações armadas por parte dos grandes proprietários rurais. Portanto, apesar dos avanços e da relativa euforia com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a sociedade brasileira permaneceu profundamente desigual, com a manutenção de privilégios e perpetuação de um sistema de exclusão que reforça a presença de uma linha abissal proposta por Santos (2007).

As décadas que se seguiram ao fim da ditadura militar em 1985 e a nova Constituição de 1988 trouxeram mudanças importantes com a presença de alguns governos que implementaram políticas redistributivas e inclusivas em áreas como saúde, educação, programas de combate à fome e pobreza, apoio à agricultura familiar, regularização de terras indígenas e quilombolas. Ao mesmo tempo, as cidades começaram a desenvolver programas de habitação e urbanização em favelas e periferias, além de políticas educacionais como cotas para pobres e negros. Porém, tratou-se de conquistas pontuais, ainda que aceleradas no século XXI nos anos de gestão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Lamentavelmente, ocorreram retrocessos importantes nos últimos anos após o golpe político-institucional-midiático que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder em 2016, levou à prisão o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2018 e, em seguida, atingiu seu cume com a eleição de um governo de extrema direita no final do mesmo ano. Embora importantes, as medidas de inclusão social desenvolvidas entre o fim do regime militar e a queda da presidenta Rousseff foram insuficientes para reverter as desigualdades sociais estruturais e as diferentes formas de racismo, sendo inúmeras conquistas sociais das últimas décadas rapidamente revertidas em poucos anos de retrocesso de governos neoliberais e conservadores.

Para compreender esse processo é importante indicar que setores mais conservadores da sociedade, embora sem expressão política clara após o fim da ditadura, vinham crescendo nos anos do governo de coalizão de centro-esquerda do PT, principalmente impulsionados por agendas como o combate ao crime e à violência, à corrupção, à defesa da família tradicional, e à intolerância religiosa e contra os poucos avanços no reconhecimento dos direitos das minorias políticas. O vazio simbólico e político deixado pela Igreja Católica em seus impasses diante de disputas internas que entrecrocaram grupos conservadores ligados à denominada Renovação Carismática com setores cujas ação pastoral se baseava na chamada Teologia da Libertação, de cunho mais progressista, passou a ser ocupado crescentemente pelas igrejas evangélicas neopentecostais. Destaca-se aqui a teologia da prosperidade que une de forma particular a tradição cristã à modernidade capitalista ao vincular, de forma mais explícita, o sucesso espiritual e material. Tal vinculação está na gênese da análise que Max Weber fez em seu famoso livro *'A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo'*. Embora ele se foque na ética do trabalho e da riqueza como símbolo dos que eram abençoados por Deus, a ideia subjacente é semelhante à das igrejas neopentecostais. Porém nestas a narrativa construída possui um apelo mais popular e com símbolos de luxo, enquanto antes estava associada a um certo ascetismo.

Essas igrejas, junto com o agronegócio, a mineração, o setor militar e o mercado financeiro, estão na base do atual governo de extrema direita eleito no final de 2018. Ele aglutina um grupo de forças que, até recentemente, faziam parte da frágil aliança centro-esquerda e inclui setores de grande poder econômico, político e simbólico, como a mídia hegemônica. Esta fortaleceu uma agenda moral de grande apelo às classes média e populares, como a luta seletiva contra a corrupção por um poder judiciário conservador influenciado por estratégias geopolíticas dos EUA que disseminou a *lawfare* no judiciário brasileiro (Santana, 2018).

Nesse contexto complexo, alguns grupos de pesquisa vêm trabalhando na renovação teórica e metodológica para pensar a construção de alternativas que articulem diferentes campos de saberes, lutas sociais e movimentos. O presente artigo é uma expressão da busca por essa renovação.

Os Encontros de Saberes e o desenvolvimento de metodologias sensíveis e co-labor-ativas em diálogos interculturais no Sul Global

A sistematização das lutas sociais e processos emancipatórios que se expressam no contexto do Sul Global pode oferecer pistas interessantes relacionadas à ecologização das cidades. Para ilustrar essa ideia, utilizamos como referência dois eventos organizados em 2018 e 2019 pelos autores desse artigo intitulados Encontro de Saberes do Neepes (Neepes, 2020). O objetivo foi potencializar as interações interculturais e interdisciplinares entre sujeitos ou agentes que atuam na academia, em movimentos sociais e nos diferentes territórios com saberes e experiências concretas, sejam eles lideranças, militantes, pesquisadores, assessores técnicos, entre outros. Tratou-se de uma estratégia para a construção compartilhada de agendas e questões de pesquisa, de trocas de experiências e referenciais conceituais que possam apoiar lutas sociais e processos emancipatórios por saúde, dignidade e direitos territoriais.

Os Encontros são pensados também como espaços de experimentação de dimensões simultaneamente epistemológicas e comunicacionais envolvendo a articulação entre linguagens científicas, artísticas e populares nos processos de interação e diálogo, além de fortalecer o trabalho em redes de cooperação.

Um aspecto central dessa proposta para a realização de diálogos interculturais é a diluição de fronteiras entre as dimensões teórico-conceituais e metodológicas com o objetivo de se produzir conhecimentos não *sobre*, mas *com* os sujeitos sociais que se encontram nas lutas sociais. Ao contrário do que defende o cânone científico dominante das epistemologias do Norte, alicerçado nas ideias de objetividade, neutralidade e reprodutibilidade que separam estritamente sujeito e objeto, conhecer *com* costuma ser bem mais complexo e desafiante. Essa postura teórico-metodológica colaborativa implica processos de interconhecimento e autoconhecimento, fundamentais para a dimensão ética e política de conhecimentos voltados à transformação social e comunitária.

Nesse sentido, temos nos apoiado na concepção de pesquisas colaborativas não extrativistas (Santos, 2019), por nós ressignificada como metodologias sensíveis co-labor-ativas (Fasanello et al., 2018; Porto, Rocha and Fasanello, 2021). Diferentes linguagens, como a escrita-acadêmica, gráfico-imagéticas, poético-musicais e audiovisuais, têm sido utilizadas como estratégias para criar as condições de um diálogo intercultural que supere os limites do exclusivismo logocêntrico da linguagem científica

e facilite a comunicação com movimentos sociais e organizações comunitárias. Trata-se de as conectar às esferas do sentir e do pensar, da razão e do afeto, também chamado por Guerrero Arias (2011) de *corazonar*. Ao priorizarmos a realização de documentários audiovisuais junto com artigos, livros e relatórios, apoiamo-nos também na proposta teórico-metodológica da sociologia das imagens de Silvia Rivera Cusicanqui (2015), na qual o audiovisual emerge como possibilidade de elaborações sensíveis nos territórios que integram simultaneamente dimensões políticas, estéticas e epistemológicas que visibilizam narrativas alternativas. Para a produção dos Encontros foram convidados artistas militantes que atuam junto aos grupos de discussão na produção de relatos poético-musicais e gráfico-imagéticos, incluindo linguagens como o rap, repente, cordel, poetry slam, artistas plásticos indígenas e provenientes do grafite, dentre outros.

O último evento de 2019 concentrou-se num tema chave para o artigo, e foi denominado *‘Encontro de Saberes O Campo na Cidade: resistências, (re)existências e interculturalidades no cuidado e na alimentação’* (Neepe, 2020). Seu objetivo foi aprofundar a relação campo-cidade a partir das interações de conhecimentos, experiências, resistências e transformações envolvendo povos e comunidades tradicionais, sejam eles indígenas, quilombolas ou outros de matriz africana, mas também as populações de camponeses e pescadores tradicionais. Como já discutido previamente, o conjunto desse vasto pluriverso de grupos sociais tem sido denominado no Brasil de populações dos campos, florestas e águas. Apesar do intenso êxodo rural e da rápida industrialização e urbanização ao longo do século XX que caracterizam as desigualdades socioespaciais no país, tais populações permanecem vivas e participam de inúmeras lutas sociais e agendas políticas no país que muitas vezes são simultaneamente anticapitalistas e anticoloniais, inclusive na proximidade ou dentro de espaços urbanos em crescimento (Porto, 2019b, Neepe 2020).

A escolha dos participantes envolveu pelo menos dois dos seguintes critérios: (i) integrar movimento social, organização comunitária ou grupo acadêmico com atuação no tema central do Encontro; (ii) estarem envolvidos em um ou mais conflitos ambientais envolvendo populações tradicionais em contextos urbanos, tendo por referência o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde n Brasil, projeto coordenado pelo Neepe (Rocha et al., 2018); (iii) ter parcerias com pesquisadores do Neepe a partir de projetos de pesquisa. O Encontro contou com a participação de 67 pessoas de várias regiões do Brasil, sendo 23 vinculadas a grupos acadêmicos, e dos restantes 16 ligados a organizações comunitárias e movimentos sociais urbanos, 11 de organizações indígenas, nove de organizações do campo e oito ligadas aos movimentos negro e quilombola.

Neste evento buscou-se avançar nos debates sobre as seguintes questões: Como fortalecer a co-presença de sujeitos sociais advindos de lutas frequentemente invisibilizadas, com seus conhecimentos, práticas e linguagens, visando processos dialógicos mais efetivos? Como construir uma ecologia de

saberes com populações tão diversas vivendo nesses territórios de intercessão (e exceção) nas fronteiras cada vez mais borradas entre as cidades, os campos, as florestas e as populações que vivem das relações com o mar, os rios e as águas? Buscou-se, portanto, o fortalecimento conceitual e metodológico de processos emancipatórios com a efetiva participação dos sujeitos que trazem suas vidas, valores, saberes e lutas e, respeitosamente, dialogam com outras lutas e saberes na construção deste processo de tornar comum seus dilemas, conflitos e as soluções que elaboram, nos termos propostos por Paulo Freire (1998).

No primeiro dia do evento foram estruturadas duas mesas com palestrantes de experiências territoriais, movimentos sociais e acadêmicos, com o objetivo de apresentar e discutir referenciais que inspirassem o debate coletivo do dia seguinte do encontro. Sob o título *O campo na cidade: contribuições e resistências dos povos e comunidades tradicionais e camponeses*, os expositores da primeira mesa apresentaram suas experiências, destacando como a urbanização afeta os territórios e como povos e comunidades tradicionais têm se organizado tanto para resistir às pressões deletérias quanto para construir articulações com movimentos urbanos que lutam por moradia, direito à cidade e espaços mais inclusivos, saudáveis e democráticos. Na segunda mesa, intitulada *Cuidado e alimentação: Desafios no encontro do campo com a cidade*, os palestrantes apresentaram suas experiências de cuidado enraizadas nos conhecimentos presentes nos territórios dos povos e comunidades tradicionais e camponeses.

No segundo dia de Encontro três Grupos de Trabalho (GTs) tiveram por objetivo compartilhar experiências e promover o debate em torno de três eixos: território, cuidado e alimentação. Para propiciar uma ecologia de saberes, houve uma distribuição diversificada em todos os grupos dos vários movimentos sociais, grupos comunitários e acadêmicos presentes. Cada grupo recebeu um conjunto de questões que estimularam os debates e compartilhamentos. Além das questões específicas de cada eixo (chamadas de orientadoras ou semeadoras), os grupos receberam quatro questões comuns (chamadas de polinizadoras) elaboradas em torno de desafios conceituais, metodológicos e políticos considerados estratégicos na relação campo-cidade: 1) sobre a ecologia de saberes e a interculturalidade na relação entre academia e movimentos sociais, e entre o campo e as cidades; 2) sobre o encantamento, a espiritualidade e a relação com a natureza presentes nas cidades; 3) sobre o desafio democrático, a convivência e a tolerância envolvendo a sociodiversidade na interação de populações como indígenas, quilombolas e camponeses nos espaços urbano; 4) o desafio da identidade na interação campo-cidade.

A partir destas questões, emergiram debates a partir de experiências relacionadas ao eixo específico de cada grupo (território, cuidado e alimentação) e com o tema transversal do Encontro (relação campo-cidade a partir da interação dos povos e comunidades tradicionais), os quais foram em parte filmados, sendo também produzidos relatos em três tipos de linguagem: poético-musical, gráfico-

imagética e escrita, sendo esta última feita por pesquisadores vinculados ao Neepes. Tais materiais registrados serviram de base para as sínteses e análises apresentadas a seguir.

Sínteses dos debates nos Grupos de Trabalho: território, cuidado e alimentação

O *GT Território* teve como foco a questão orientadora: *como as lutas por direitos territoriais são travadas por povos, comunidades e movimentos tradicionalmente vinculados ao campo, florestas e águas em sua relação com as cidades?* Através da ideia de direitos territoriais visou-se abarcar múltiplos aspectos no tocante à noção de território, desde a demarcação de terras, compreendida para além de sua dimensão jurídica, até o direito ao compartilhamento dos bens comuns e de espaços públicos relacionados à produção e acesso à alimentos saudáveis, à moradia, à mobilidade, aos espaços sagrados e de realização de ritos importantes para grupos tradicionais. Destacou-se a importância dos territórios no resgate e valorização de tradições e conhecimentos ancestrais, fundamentais enquanto referenciais de ação frente as crises da contemporaneidade. Também se denunciou processos de *desterritorialização* que tensionam, de diversas formas, estas populações e seus modos de vida, os quais inviabilizam as sinergias exitosas na construção de outras possibilidades de relação campo-cidade.

Um exemplo importante são as lutas por demarcação de terras indígenas enquanto estratégia de resgate e valorização de sua tradição e ancestralidade, em uma dinâmica de resistência e contraposição aos processos de acumulação por espoliação de processos ligados ao agronegócio, agroextrativismo e à urbanização. Tais processos ameaçam inclusive o conjunto da sociedade, tendo em vista que a garantia dos territórios indígenas viabiliza a conservação de diversos bens comuns e o resgate e valorização de um importante arcabouço de conhecimentos acerca de como podemos preservá-los.

A pergunta orientadora para o *GT Cuidado* foi: *que experiências de cuidado os povos e comunidades tradicionais trazem, resistem e reinventam na proximidade com as cidades?* Visou-se instigar um debate em relação aos saberes e práticas de proteção, atenção e promoção à saúde, incluindo cuidados a populações específicas e vulnerabilizadas como crianças, gestantes, idosos, pessoas em sofrimento mental, vítimas de violência e racismo. Compartilhou-se um conjunto de experiências exitosas de cuidado dinamizadas em diferentes contextos territoriais por povos e comunidades tradicionais. Foram compartilhadas diferentes noções de cuidado, que reforçam sua multidimensionalidade, extrapolando a ideia hegemônica de tratamento de doenças, das incapacitações ou do sofrimento mental, como vemos nos seguintes depoimentos. Cuidar é “...*não deixar ninguém passar fome, é se colocar no lugar do outro*”. “... *sentir junto, é estreitar relações, cada guerreiro que*

tomba, todos os parentes choram”. “...compartilhar, acolher e construir um mundo de respeito, em oposição ao clima dominante de competição”.

Nas diferentes falas, a noção de cuidado remeteu à ancestralidade e espiritualidade, com relações afetivas intergeracionais e de gênero, comunitárias e intercomunitárias (transescalares por articularem o local e o global), envolvendo resistências e lutas por direitos à terra e moradia. Também foi salientada a dimensão afetiva e coletiva do cuidar, em contraposição a lógica individualista e utilitária que impera na medicina científica ocidental e capitalista. Destacou-se a inseparabilidade de cuidado, território, natureza e alimentação. Além disso, denunciou-se tensões e conflitos que vulnerabilizam povos e comunidades tradicionais diante da lógica predominante da biomedicina, que os alija de sua autonomia.

Por fim, a seguinte questão orientou o GT Alimentação: *como a produção, circulação e distribuição de alimentos, sua qualidade e/ou carência, contribuem (positiva ou negativamente) para a soberania e segurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais e das populações das cidades?* Visou-se refletir sobre alimentação a partir das experiências dos movimentos de povos e comunidades tradicionais, da agricultura familiar camponesa e da agroecologia, observando como resistem e criam alternativas nas relações com as cidades. Além disso, buscou-se discutir a alimentação em uma perspectiva intercultural, relativa à troca de saberes e sabores, ao cuidado e à espiritualidade.

Salientou-se as potencialidades das experiências territorializadas que buscam soberania e segurança alimentar e nutricional com alimentos ecologicamente sustentáveis e socialmente justos. Foi destacada a necessidade de se garantir que alimentos saudáveis sejam acessíveis às pessoas mais vulnerabilizadas socioeconomicamente, nas cidades e nos campos, e não apenas mais um “nicho de mercado”. Destacou-se, nesse sentido, experiências do Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB), em duas ocupações na cidade de Salvador, Bahia; e do Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM). Essas experiências se desdobraram em um dos projetos de pesquisa que atualmente os autores deste artigo vêm desenvolvendo, o qual ainda discutiremos.

Também se destacou o potencial dos intercâmbios e trocas de experiências entre iniciativas de produção e abastecimento: “*intercâmbio é potência!*”, foi o mote dessa discussão. Ao mesmo tempo, emergiram diversas noções de alimentação, explicitando sua multidimensionalidade. Por fim, foram denunciadas ameaças às experiências de segurança e soberania alimentar, debatendo-se acerca de questões urgentes, como a intensificação do uso de agrotóxicos na agricultura, que impacta diretamente na saúde de quem trabalha e na produção de alimentos orgânicos; as ameaças aos bens comuns e sua importância para garantir segurança e soberania alimentar, especialmente o acesso à terra e água, e a questão da preservação e resgate de conhecimentos tradicionais em relação à alimentação.

No terceiro dia de encontro os três GTs compartilharam entre si os resultados dos debates. As apresentações explicitaram o potencial de metodologias sensíveis na promoção de diálogos interculturais entre sujeitos dos territórios e pesquisadores acadêmicos com o uso de outras linguagens. Além dos relatos escritos, foram feitos relatos gráfico-imagéticos (desenho e pintura) e poético-musicais (rap, cordel e *slam poetry*) envolvendo artistas com experiências junto a movimentos sociais. As apresentações apontaram, neste sentido, que o momento atual exige resistência e articulações entre movimentos, organizações, instituições acadêmicas e públicas, em âmbito local, nacional e internacional. Em um contexto de crise social, ecológica, democrática e institucional, os participantes mostraram que território, cuidado e alimento se inter cruzam no plano material, político e espiritual. Estas sinergias apontam para a importância estratégica da continuidade de experiências exitosas que celebram e alimentam com esperança a convivência democrática e a construção de utopias.

A seguir apresentamos como exemplos do GT Território um quadro feito no Encontro pelo artista plástico indígena Denilson Baniwa, e um trecho da poesia feita por um militante do movimento rural e agroecológico, marcada pela tradição cultural do Nordeste do Brasil. No caso do poema, o cordel é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado em relatos orais e que costuma ser impresso em folhetos, mas pode também ser improvisado em cantoria.

Relato imagético do GT Território feito pelo artista indígena Denilson Baniwa



Extrato do relato poético-musical de Maicon Miguel Vieira da Silva

*Brasil,
chegou tua vez.
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês,
procurando um lugar para falar de interculturalidade.
No cuidado, na alimentação e o campo na cidade,
as resistências, as existências e sua diversidade.
Um lugar de céu aberto, de fundo cor de anil,
que pudéssemos nos olhar, relatando o que sentiu.
Encontramos este lugar nas Raízes do Brasil (...)
São tamanhos os relatos, que nos fazem refletir.
Em cada gesto uma ação, nos fazendo até sentir,
reforçando a necessidade da gente (re)existir.
(Re)existir na arte, (re)existir na cultura, (re)existir no alimento que vem da agricultura,
(re)existir através das ervas que nos trazem tanta cura.
O que é ciência? O que é revolução? Nós já temos as respostas para esta reflexão?
Pois as respostas nos ensinam a andar com os pés no chão.
No chão dos saberes, no chão da diversidade, no chão das resistências, no chão da igualdade,
no chão dos territórios que garantem a liberdade.
Um ponto de equilíbrio,
precisamos encontrar,
entre os saberes acadêmicos e também o popular.
Pois a inexistência deste encontro é desafio que aponto,
nos impedem de avançar (...)
Precisamos nos unir, caminhando lado a lado, academia e território, são na luta aliados,
defendem o direito à vida e ao alimento, que é sagrado.
Nossas escritas e saberes, precisam dialogar.*

Ficaram evidentes nas avaliações finais do Encontro pelos participantes aspectos que perpassam as disputas em vários territórios, afetados pelas transformações no capitalismo neoliberal. Agravam-se conflitos por terra, em um processo de resistência contra o neoextrativismo do agronegócio, da mineração e produção de energia, bem como por espaços de moradia e práticas espirituais, atacados pela especulação imobiliária e fundamentalismos intolerantes e violentos, com instituições e políticas dominadas e cada vez mais frágeis. As apresentações apontaram, neste sentido, que o momento atual exige resistência e articulações entre movimentos, organizações, instituições acadêmicas e públicas, em âmbito municipal, estadual e internacional.

Em um contexto de crise social, ecológica, democrática e institucional, os participantes mostraram que território, cuidado e alimento se inter cruzam no plano material, político e espiritual. Estas sinergias apontam para a importância estratégica da continuidade de experiências exitosas que celebram e alimentam com esperança a convivência democrática e a construção de utopias.

Os Encontros de Saberes têm revelado a importância dos territórios onde o rural e o urbano se entrelaçam, gerando espaços profícuos para os diálogos em torno dos conflitos sociais e ambientais, como também de experiências em andamento que indicam possibilidades de saberes e práticas a serem melhor investigadas, e que vem se transformando em agendas e projetos de pesquisa que trazem novas perspectivas para discutirmos a ecologização das cidades. A seguir apresentamos alguns exemplos nesta direção.

O caso da expansão urbana e os desafios para o povo Munduruku no Médio Tapajós na Amazônia

Com relação ao povo Munduruku do Médio Tapajós, cujos representantes estiveram presentes no Encontro de 2018, inicialmente foi desenvolvida cooperação a partir da demanda de apoio institucional para examinar os impactos da contaminação por mercúrio associada ao garimpo, bem como alternativas voltadas à sustentabilidade socioambiental e cultural de forma a promover a saúde diante das ameaças que enfrentam. No projeto inicial, as interconexões entre os processos que ocorrem no campo e nas áreas urbanas amazônicas tornaram-se evidentes, pois colocam em relevo como as dinâmicas econômicas baseadas no extrativismo do ouro e de produtos da floresta conformam a economia de uma cidade e pressionam as aldeias mais próximas desse povo, limitando sua reprodução social, territorialidade, acesso à terra, à pesca e à produção agrícola. A partir do diálogo intercultural e de perspectivas interdisciplinares com essa etnia, com o apoio das reflexões geradas nos Encontros, novas questões de pesquisa foram colocadas.

Por exemplo, para entender os conflitos territoriais e ambientais em torno do garimpo de ouro e outros existentes no Médio Tapajós, colocou-se como questão o significado do valor do ouro para os Munduruku e os não-indígenas (chamados de *pariwat* na língua nativa). Além disso, se nas aldeias mais afastadas da cidade de Itaituba, o principal problema se encontra na contaminação dos peixes pelo mercúrio, nas aldeias em processo de urbanização eles enfrentam ainda questões associadas à especulação imobiliária, à expansão desordenada da mancha urbana movida pela economia do garimpo, a apropriação das margens de rio para instalação de terminais logísticos de escoamento da produção

mineral, madeireira e das fazendas de grãos (soja), ou à construção de estradas e ferrovias que cortam o território, impedindo a continuidade da agricultura tradicional indígena e a pesca, sujeitando-os aos mesmos dilemas das populações periféricas das grandes metrópoles.

Outros pontos importantes surgem para pensar temas socioambientais influenciados pela expansão do urbano. Por exemplo, os significados da alimentação e dos peixes na cosmologia Munduruku em confrontação com as recomendações da OMS e instituições de pesquisa em saúde acerca dos achados sobre contaminação por mercúrio, cujas recomendações médicas e toxicológicas impõem normas que restringem o consumo de diversos peixes importantes em diversas dimensões da vida daquele povo. Pois, na cosmogonia Munduruku, os peixes possuem significados simbólicos e espirituais que não podem ser desconsiderados a partir apenas de recomendações ditas técnico-científicas.

A concepção indígena não se limita a uma questão de acesso ou troca de fontes de proteína animal. Assim como não são quaisquer terras que servem ao exercício da territorialidade munduruku, não são quaisquer peixes que podem ser comidos, nem por quaisquer pessoas em qualquer época. A escolha do que se se come, quem e quando não obedece uma lógica utilitarista baseada somente na disponibilidade dos animais no rio em determinadas épocas do ano, mas também a uma lógica ritual que cria tabus ou restrições em torno do consumo de certas espécies e estimula o consumo de outras, inclusive como parte de estratégias de autocuidado.

O caldo de certas espécies é visto como imbuídos de poderes curativos, inclusive para aquelas situações dentro do ciclo de vida em que as pessoas estão sujeitas ao que chamariam de “doenças do espírito”. O trato das parturientes também é mediado pelas escolhas de consumo de peixes, sendo alguns deles considerados não recomendados nesta situação, enquanto outros auxiliam no período de recuperação pós-parto. Em resumo, a escolha de consumo ou não desses animais não pode ser mediada apenas pela estimativa de quantos mg de mercúrio há por kg de cada espécie.

A relação dos Munduruku com os rios vai além da mediação do processo saúde-doença-cuidado. A própria segurança do mundo estaria associada às relações que se estabelecem com os seres que protegem o rio, como exemplifica o trecho de uma carta enviada por eles ao Estado brasileiro por ocasião dos debates sobre a construção de uma usina hidrelétrica na localidade de São Luis do Tapajós:

“São Luiz do Tapajós (Joropari kôbie) [é] antigo local da existência Munduruku, que moravam ali naquela cachoeira. Os brancos nada sabem daquele local. Ali existe um buraco no meio da cachoeira que alguns moradores antigos, que não são Munduruku, dizem que ali tem um enorme buraco que se chama a “garganta do diabo”, qualquer pessoa que ali for sugado, naquela correnteza, e for tragado nunca aparecerá e nunca ninguém o verá. Não se pode mexer na cachoeira e pode acontecer desgraça. Lá tem a mãe dos peixes em forma de um boto e algumas pessoas que moram ali no local têm visto esse animal. Então, os peixes se alegram ao vê-la e as antas costumam cair n’agua naquele local onde se encontra a mãe. Segundo o líder espiritual, o pajé, alertou que naquele lugar não se pode de maneira nenhuma fazer alguma mudança e se mudar ou destruir aquele local sagrado, da mãe do peixe, poderão acontecer

desgraças para vida das pessoas, é um risco para todas as sociedades. Isso, o não índio nunca vai entender.”

Por isso, para o povo Munduruku é tão fundamental estabelecer relações de coexistência com os rios, peixes e animais, Segundo sua cosmogonia, o mundo Munduruku foi criado pela divindade *Karosakayban* como herança de seu povo. É nesse contexto socioambiental e cosmológico que alternativas de segurança e soberania alimentar começam a ser pensadas a partir de um diálogo intercultural. Isso envolve tanto a criação de peixes para eles insubstituíveis, em condições que os proteja da contaminação por mercúrio, como a dinamização dos sistemas agrícolas tradicionais a partir da promoção da agroecologia indígena na região, que é vista pelas principais lideranças como uma alternativa desejável ao garimpo. Para isso, tem sido construída uma rede de suporte envolvendo organizações agroecológicas e indígenas que vêm atuando nessa direção em âmbito regional e nacional. Além de garantir alimentação adequada que respeite os agroecossistemas e a cultura indígena, a ideia é criar alternativas de geração de renda face à sedutora visão do garimpo como forma rápida de criar riqueza em aldeias cada vez mais pauperizadas e alijadas de políticas públicas, impossibilitadas de manterem suas atividades econômicas e de subsistência tradicionais. A economia do ouro, da soja e da produção madeireira acabam não apenas inviabilizando o modo de ser Munduruku, mas paradoxalmente se colocam para eles como alternativa à fome e à miséria.

Tal subordinação é sistematicamente estimulada pelo Estado a partir de políticas educacionais, de saúde ou previdenciárias, que visam integrar as aldeias ao modo de vida não-indígena, especialmente a partir da concentração dos principais serviços públicos nas cidades próximas como Itaituba, Jacareacanga e Belém. Isso estimula a migração dos jovens, tanto para estudar, quanto para trabalhar ou ter acesso a tratamentos de saúde mais complexos. Dessa forma, estabelecem-se relações interétnicas nas quais o saber tradicional Munduruku é sistematicamente desprezado, deslegitimado e desconsiderado, a começar pela perda da fluência da língua e dos signos que se aprende na floresta, cada vez mais substituídos pelo falar predominante do português e por um modo de vida urbanizado. Daí a importância que vem sendo dada à escola indígena onde a língua munduruku é falada e ensinada, ao lado do português.

Duas experiências de articulação entre lutas sociais por moradia, saneamento, saúde e agroecologia urbana no Brasil

Outra importante iniciativa impulsionada a partir dos Encontros foi a construção de uma agenda de pesquisa que visa sistematizar conhecimentos e práticas protagonizados pelo Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB) em duas ocupações na cidade de Salvador, Bahia; e pelo Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), em um complexo de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Ambas organizações possuem ações que articulam temas como o direito à moradia, ao saneamento e à saúde em condições de elevada vulnerabilidade socioambiental.

Mesmo em um contexto de expansão da pandemia de Covid-19 sobre tais territórios, diversas ações de pesquisa encontram-se em andamento para investigar como as iniciativas desses coletivos podem ter um efeito protetivo em tempos de profundas crises, como a sanitária em curso. Essas duas experiências territoriais conectam ações inovadoras em agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, moradia popular, saneamento ecológico, autocuidado e preservação ambiental, buscando aumentar a resiliência comunitária e promover equidade e sustentabilidade.

No contexto de crise sanitária produzido pela pandemia tais ações, já em curso há vários anos, ganharam maior dinamicidade e expressão pública, apontando para uma importante inflexão nos debates relacionados à saúde e alimentação ao buscar garantir alimentos de qualidade e em quantidade para as populações em contextos periféricos de aprofundamento de vulnerabilização social, ambiental e nutricional. Além disso, estas iniciativas ampliam uma visão intercultural e intergeracional de saúde por meio de práticas alternativas de cuidado que valorizam conhecimentos ancestrais indígenas, camponeses e de matriz africana, inclusive aqueles preservados pelas comunidades quilombolas, com o protagonismo de mulheres e jovens.

A experiência do CEM no Complexo da Penha e Serra da Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro, envolve a produção e comercialização de alimentos saudáveis em quintais agroecológicos urbanos, bem como doações e trocas voltadas para sujeitos em situação de vulnerabilidade. A organização também tem impulsionado um conjunto de ações com o objetivo de promover geração de renda, especialmente entre mulheres, e comunicação para disseminar suas ações.

Já nas duas ocupações populares de Salvador, no Estado da Bahia, o MSTB tem buscado articular lutas por moradia e promoção da saúde com produção de alimentos saudáveis e plantas medicinais. A horta coletiva estruturada no entorno das ocupações Quilombo Paraíso e Quilombo Manoel Faustino dinamiza a produção de fitoterápicos e o resgate de ancestralidades, dando origem ao que chamam de “Farmácia Viva”, a qual tem se constituído em importante alternativa para prevenção e

tratamento de diversas doenças. Atualmente o movimento tem buscado promover a implantação de Sistemas Agroflorestais nestas ocupações que tem por entorno a área de proteção ambiental Bacia do Cobre, inclusive buscando incidir sobre políticas estatais de moradia que historicamente se baseiam em um planejamento urbano cartesiano, onde os conjuntos populares são vistos apenas como locais de moradia, sem espaços para lazer, comércio, produção e outras situações importantes para a convivencialidade e o estabelecimento de laços comunitários.

Para o MTSB e para o CEM, é importante que as comunidades populares nas cidades ou nas periferias urbanas sejam mais do que apenas blocos de apartamentos ou aglomerados de casas que reproduzem um modelo de cidade altamente segregada que caracteriza a linha abissal no Sul Global. Ao contrário, os territórios populares são vistos por estes movimentos como espaços de resgate de uma certa ruralidade perdida com o êxodo, onde as pessoas produziam, familiar ou coletivamente, seus próprios alimentos e seu saber ancestral era valorizado. Por isso, as duas organizações têm promovido oficinas com lideranças que apresentam valores e práticas indígenas, de matriz africana e camponesas voltadas ao cuidado em saúde e alimentação.

Considerações finais

Ao longo do artigo buscamos sustentar a ideia que a concepção de ecologização das cidades possui uma especificidade própria no contexto do Sul Global. No contexto brasileiro, isso passa necessariamente por compreender a complexa relação existente entre povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar e camponesa, cuja existência e formas de mobilização por meio de lutas sociais na atualidade expressam um vasto pluriverso de matizes e hibridizações. Em linhas gerais, destacamos três grupos populacionais que atuam através de movimentos sociais e organizações comunitárias, os indígenas, quilombolas e os que atuam na agricultura familiar e camponesa. Mesmo que sejam caracterizadas como populações do campo, florestas e águas, a enorme expansão dos espaços urbanos no país vem propiciando uma crescente interação campo-cidade. Ao mesmo tempo que degrada ecossistemas e modos tradicionais de vida dessas populações, tal interação propicia inúmeras experiências de resistências e re-existências que apontam para novas concepções de natureza, cuidado e bens comuns dentro das cidades e nos ecossistemas ao redor.

Nesse contexto, os Encontros de Saberes funcionam como espaços estratégicos que potencializam a ação de grupos acadêmicos engajados com a produção de conhecimentos diante de múltiplas frentes de atuação de movimentos e organizações comunitárias que se mobilizam em lutas sociais. Tais ações e frentes visam, em última instância, fortalecer o reconhecimento das inúmeras possibilidades de ser, conhecer e se expressar no mundo, presentes nas culturas, cosmovisões e práticas

de indígenas, camponeses, quilombolas, trabalhadores e moradores de favelas, ocupações e periferias urbanas que caracterizam processos emancipatórios do Sul Global.

É sob esse olhar que consideramos que reduzir desigualdades e vulnerabilidades sociais, ambientais, espaciais, cognitivas e em saúde em populações que vivem em espaços periféricos representa um desafio de extrema complexidade para pensarmos processos emancipatórios e de ecologização das cidades. São contextos e lutas sociais característicos do Sul Global, marcados por modelos de moradia, saneamento, educação, saúde e preservação ambiental que desconsideram o modo de vida dessas populações e impõe lógicas de ordenamento territorial excludentes e orientadas quase que exclusivamente para a reprodução do Capital internacional e ampliação do poder econômico e político das elites locais, com recortes importantes que, além disso, aprofundam desigualdades étnico-raciais e de gênero, que tornam as mulheres negras e indígenas e os jovens dessas comunidades alvos preferenciais da violência, da exclusão, da pobreza e até mesmo de mecanismos de cooptação, os quais desestruturam as relações sociais tradicionais com profundos efeitos físicos e psicológicos sobre as famílias, fragmentando-as e até mesmo envolvendo-as em disputas internas.

Nesse sentido, iniciativas contra hegemônicas como as protagonizadas pelo CEM e MSTB, ou em discussão pelo povo Munduruku, apontam para instigantes estratégias de promoção emancipatória da saúde. Em comum, em experiências territoriais tão ecologicamente e socialmente singulares, como nas bacias da Amazônia, no litoral nordestino e nas favelas cariocas, apontam para a importância de abordagens agroecológicas, estratégias populares de cuidado à saúde, moradia digna e saneamento, articulando saberes e práticas promotoras de territórios urbanos, periurbanos ou rurais sustentáveis e saudáveis. Tratam-se, assim, de casos privilegiados de promoção emancipatória da saúde por integrarem a redução de vulnerabilidades com quatro dimensões de justiça: social, sanitária, ambiental e cognitiva, esta última associada às exclusões radicais envolvendo lutas antirracistas, feministas, pela diversidade cultural-epistêmica e a autonomia comunitária.

Entendemos, dessa forma, que todas as experiências citadas, mais que temas estratégicos de pesquisa, são expressões emblemáticas de inúmeras lutas sociais em andamento em diferentes escalas e regiões do planeta que podem contribuir para articular agendas emancipatórias do Sul Global e do Norte Global.

Para finalizar, também consideramos importante observar outras contribuições que os Encontros de Saberes do Neepes acabam gerando às lutas sociais que se expressam no Sul Global, para além dos debates em torno de ações de pesquisa mais concretas. Destacamos, neste sentido, a produção de registros audiovisuais, como documentários que podem ser utilizados em diferentes espaços e mobilizados como elemento de apoio para debates coletivos; como também na produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos, que podem propiciar maior visibilidade as lutas territoriais e apontar temas de

pesquisa e posturas metodológicas relevantes para os sujeitos dos territórios e pesquisadores. Os documentários, legendados em inúmeras línguas, podem contribuir para os processos interculturais de interconhecimento e de construção de narrativas contra hegemônicas através do compartilhamento de valores, saberes e experiências, ajudando dessa forma o diálogo entre processos emancipatórios do Sul e do Norte Globais. Isso inclui a aproximação do significado da ecologização das cidades formulado em contextos do Norte Global com os processos complexos que envolvem populações e comunidades dos campos, florestas e águas na interação com os espaços urbanos em países como o Brasil.

REFERÊNCIAS

- Caporal, F. R., Petersen, P. (2012). Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecología* 6, 63–74. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/16068> .
- Cusicanqui, S. R. (2015). *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón.
- De La Cadena, M., e Blaser, M. (eds). (2018). *A World of Many Worlds*. Durham: Duke University Press. doi: 10.1515/9781478004318 .
- De Molina, M. G., Toledo, V. M. (2014). *The Social Metabolism. A Socio-Ecological Theory of Historical Change*, Vol. 3. Dordrecht: Springer.
- Delgado, G. C. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS.
- Dos Santos, T. (1970). The structure of dependence. *Am. Econ. Rev.* 60, 231–236.
- Escobar, A. (2007). Worlds and knowledge otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. *Cult. Stud.* 21, 179–210. doi: 10.1080/09502380601162506
- Fasanello, M. T. (2018). *O documentário nas lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo: produção social de sentidos e epistemologias do Sul contra os agrotóxicos e pela agroecologia*. Doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.
- Fasanello, M. T., Nunes, J. A., e Porto, M. F. S. (2018). Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. *Rev. Eletr. Comun. Inform. Inov. Saúde* 12, 1–19. doi: 10.29397/reciis.v12i4.1527 .
- Fernandes, T. M., e Costa, R. G.-R. (2012). The Manguinhos communities in the history of favelas in Rio de Janeiro. *Revista Tempo* 17, 117–134. doi: 10.5533/TEM-1980-542X-2013173410
- Freire, P. (1998). *Pedagogy of Freedom*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.
- Guerrero Arias, P. (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes para construir sentidos otros de la existencia. *Calle 14 Rev. Invest. En El Campo Del Arte* 4, 80–95. doi: 10.14483/21450706.1205
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2009). “Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial,” In: *Territórios*

e territorialidades: teorias, processos e conflitos, M. A. Saquet e E. S. Sposito (Orgs). São Paulo: Editora Expressão Popular, 95–120.

- IBGE (2017). Áreas Urbanizadas do Brasil: 2015. IBGE, Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro. Disponível em at: https://www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas (acessado em 22 de março de 2021).
- Lima, S. K., Galiza, M., Valadares, A., e Alves, F. (2020). Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea.
- Maia, G. L., e Oliveira, L. F. (2017). Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil. *Revi. Brasileira Direito Passo Fundo* 13, 41–61. doi: 10.18256/2238-0604/revistadedireito.v13n2p41-61
- Moreira, V. (2002). Terras Indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Rev. Brasileira Hist.* 22, 153–169. doi: 10.1590/S0102-01882002000100009
- Neepes (2020). Relatório do Encontro de Saberes Neepes 2019. Disponível em: <http://neepes.ensp.fiocruz.br/relatorio-do-encontro-de-saberes-2019> . (acessado em 16 de Dezembro de 2020).
- Niederle, P. A., Almeida, L., e Vezzani, F. M. (orgs). (2013). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós.
- Opitz, I., Berges, R., Piorr, A., e Krikser, T. (2015). Contributing to food security in urban areas: differences between urban agriculture and periurban agriculture in the global north. *Agric. Hum. Values* 33, 341–358. doi: 10.1007/s10460-015-9610-2
- Oxfam - Brasil. (2016). Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil Rural. Oxfam Brasil, nov.
- Paim J.S., de Almeida Filho, N. (1998). Collective health: a "new public health" or field open to new paradigms? *Revista de Saude Publica* 32(4):299-316. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0034-89101998000400001> .
- Porto, M. F. (2019a). Crisis of utopias and the four justices: ecologies, epistemologies and social emancipation for reinventing public health. *Ciência Saúde Coletiva* 24, 4449–4457. doi: 10.1590/1413-812320182412.25292019 (versão em inglês. A seguir o link para a versão em português: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZGYFP7YLQq8LHc9mBkg7kjL/abstract/?lang=pt>)
- Porto, M. F. (2019b). Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. *Health Promot. Int.* 34, 56–64. doi: 10.1093/heapro/day086
- Porto, M. F., Rocha, D. F., e Fasanello, M. T. (2021). Saúde, Ecologias e Emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s). São Paulo: Editora Hucitec.
- Porto, M. F., Soares, W. L., Melo, J. A., and Cunha, L. N. (2020). O fim dos benefícios fiscais aos agrotóxicos é estratégico para o futuro do país. *O Jota*, Rio de Janeiro, 1–4.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *J. World-Syst. Res.* XI, 342–386. doi: 10.5195/jwsr.2000.228
- Rocha, D. F., and Porto, M. F. S. (2020). A vulnerabilização dos povos indígenas frente ao COVID-19: autoritarismo político e a economia predatória do garimpo e da mineração como expressão de um colonialismo persistente. *Observatório Covid-19 Fiocruz*. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/> . 41407 (acessado em 22 de março de 2021).
- Rocha, D. F., Porto, M. F. S., Pacheco, T., e Leroy, J. P. (2017). The map of conflicts related to environmental injustice and health in Brazil. *Sustain. Sci.* 13, 709–719. doi: 10.1007/s11625-017-0494-5

- Santana, C. V. H. (2018). The geopolitics of the Brazilian coup d'état and its consequences. *Transcience* 9, 75–110. Disponível em: https://www2.huberlin.de/transcience/Vol9_No1_75_110.pdf
- Santos, B. S. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Rev. Crít. Ciências Soc.* 78, 3–46. doi: 10.4000/rccs.753
- Santos, B. S. S. (2018). *O Fim do Império Cognitivo*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. S., and Martins, B. S. (2021). *The Pluriverse of Human Rights: The Diversity of Struggles for Dignity: The Diversity of Struggles for Dignity (Epistemologies of the South)*. London: Routledge. doi: 10.4324/9781003177722
- Santos, B. S. S., and Meneses, M. P. (2014). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora.
- Schmitt, C. J., Niederle, P., Avila, M., Sabourin, E., Petersen, P., Silveira, L., et al. (2017). “La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología,” in *Políticas Públicas en favor de la agroecología en América Latina y el Caribe*, eds E. Sabourin, M.M. Patrouilleau, J. F. Le Coq, L. Vásquez, and P. Niederle (Porto Alegre : Red PP-AL-FAO), 73-122.
- Souto, K.M. B., Sena, A.G.N., Pereira, V.O.M., and Santos, L.M. (2016). State and equity policies in health: participatory democracy? *Saúde Debate* 40, 49–62. doi: 10.1590/0103-11042016s05
- Spivak, G. C. (1988). “Can the subaltern speak?” Em: *Marxism and the Interpretation of Culture*, eds C. Nelson and L. Grossberg (Chicago: Chicago Press), 271–313.
- Sunkel, O. (1969). National development policy and external dependence in Latin America. *J. Dev. Stud.* 6, 23–48. doi: 10.1080/00220386908421311
- Visvanathan, S. (2009). The search for cognitive justice. Disponível em: http://www.india-seminar.com/2009/597/597_shiv_visvanathan.htm (acessado em 22 de março de 2021).
- Wallerstein, I. (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

